

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 27 de junho de 2024 • Nº 1832 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

DESCRIMINALIZAÇÃO

DEMOCRACIA VENCE



STF: usuário pode portar até 40 gramas de maconha

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, fixar em 40 gramas ou seis plantas fêmeas de *Cannabis sativa* a quantidade de maconha para caracterizar porte para uso pessoal e diferenciar usuários e traficantes. A definição é um desdobramento do julgamento no qual a Corte decidiu na terça-feira descriminalizar o porte de maconha para uso pessoal. O cálculo foi feito com base nos votos dos ministros que fixaram a quantia entre 25 e 60 gramas nos votos favoráveis à descriminalização. A partir de uma média entre as sugestões, a quantidade de 40 gramas foi fixada. Durante a sessão, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso (foto), rebateu as acusações sobre invasão de competência para julgar a descriminalização. Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que cabe ao Congresso decidir a questão. Barroso disse que o Supremo deve decidir o caso porque recebe e julga os habeas corpus de presos. **PÁGINA 5**

General Zúñiga é preso após tentativa de golpe na Bolívia

DIVULGAÇÃO EXÉRCITO DA BOLÍVIA



O general boliviano Juan José Zúñiga (foto) foi preso na noite desta quarta-feira após liderar o que o presidente Luis Arce considerou como uma tentativa de golpe de Estado, segundo a agência Reuters. Nesta quarta-feira, grupos de militares, liderados por Zúñiga, tomaram a praça central de La Paz e um veículo blindado invadiu a entrada do palácio presidencial, enquanto Arce denunciava um "golpe"

contra o governo e pedia apoio internacional. O Ministério Público da Bolívia ordenou o início de uma investigação penal contra o Zúñiga e todos os participantes da tentativa de golpe. Em nota divulgada ontem, a Procuradoria-Geral da Bolívia informou que todos os esforços necessários para o esclarecimento dos atos e a imposição da máxima sanção aos responsáveis. **PÁGINA 6**

Comunidade mundial repudia tentativa de golpe

A comunidade internacional rapidamente se pronunciou para condenar a tentativa de golpe de Estado na Bolívia ontem à tarde. Pouco depois dos eventos, parte importante dos líderes da América Latina criticou as ações do exército local, o que também ocorreu com representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União Europeia (UE). Um dos primeiros a se manifestar foi o secretário-geral da OEA, Luis Almagro. Em sua conta na rede social

"X", o representante condenou de "forma mais energética os acontecimentos". Segundo ele, o "Exército deve ser transferido para o poder civil legitimamente eleito. Enviamos nossa solidariedade ao presidente da Bolívia Luis Arce Catacora, ao seu governo e a todo o povo boliviano. A comunidade internacional, a OEA e a Secretaria Geral não tolerarão nenhuma quebra da ordem constitucional legítima na Bolívia ou em qualquer outro lugar". **PÁGINA 6**

CONTAS PÚBLICAS

Déficit primário sobe para R\$ 61 bilhões em maio

Pressionadas pela antecipação do décimo terceiro a aposentados e pensionistas, as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) fechou maio com déficit primário de R\$ 61 bilhões. O valor representa aumento real (acima da inflação) de 30,4% em relação ao mesmo mês do ano passado. Este é o segundo pior déficit para meses de maio desde 2020, no início da pandemia. **PÁGINA 2**

ESPLANADA



JOSÉ CRUZ/ABRASIL

Em ato, indígenas pedem ações contra mudanças climáticas

Chuvas no Sul e estiagem com queimadas no Pantanal. Indígenas que passam por efeitos práticos como esses das mudanças climáticas no Brasil fizeram uma manifestação na Esplanada dos Ministérios, nesta quarta-feira. Eles andaram até a Praça dos Três Poderes para pedir mais políticas públicas, demarcação de terras e apoio governamental para enfrentar a situação de escassez de recursos e a dificuldade para atividade agrícola. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,25% / 122.641,30 / 309,91 / Volume: R\$ 19.388.861.261 / Negócios: 3.668.033						Bolsas no mundo		Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo				
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas		Fechamento		Ufir		IPCA				
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	NASDAQ Composite	24/06	24/06	24/06			
USIMINAS PNA N1	7,79	+3,32	+0,25	P.ACUCAR-CBDON NM	2,61	-7,77	-0,22	VALE ON NM	61,40	+1,24	+0,75	39.127,8	+0,04	17.805,155	+0,49	
PETROBRAS ON NM	43,02	+2,38	+1,00	AZUL PN N2	7,31	-5,56	-0,43	PETROBRAS PN N2	37,09	+0,16	+0,06	7.609,15	-0,69	8.225,33	-0,27	
IRBRASIL REON NM	32,49	+2,36	+0,75	PETZ ON NM	3,29	-4,08	-0,14	ITAUUNIBANCO PN EJ N1	32,38	-0,18	-0,06	FTSE 100	18.155,24	-0,04	18.155,24	-0,04
SUZANO S.A. ON NM	50,81	+2,23	+1,11	LOJAS RENNERTON EJ NM	12,12	-3,07	-0,38	LOCALIZA ON NM	42,40	+0,40	+0,17	DAX	33.541,98	-0,49	33.541,98	-0,49
ENEVA ON NM	12,78	+1,35	+0,17	MRV ON NM	6,74	-3,44	-0,24	SUZANO S.A. ON NM	50,81	+2,23	+1,11	Ftse Mib				

MERCADOS



Bovespa sobe 0,25%, aos 122,6 mil pontos; dólar avança 1,19%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em dia de IPCA-15 bem acomodado em junho, mas de falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra a "Faria Lima", e de novo déficit nas contas do Governo Central, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) oscilou à tarde entre leves perdas e ganhos moderados, apesar do prosseguimento da pressão sobre o câmbio, movimento que colocou o dólar a R\$ 5,52 na máxima de ontem de avanço também para a curva de juros doméstica. O Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou pouco menos de 1.300 pontos entre a mínima (121.402,00) e a máxima (122.701,20, +0,3%), quase no fechamento da sessão, ainda em alta de 0,25%, aos 122.641,30. Ontem, saiu de abertura aos 122.331,39 pontos, com giro a R\$ 19,3 bilhões nesta quarta-feira.

Assim, retoma trilha positiva após perda de 0,25% no dia anterior, que havia interrompido sequência de cinco altas, a mais longa desde fevereiro. Depois de permanecer aos 119 mil entre 12 e 18 de junho, o Ibovespa conserva alguma recuperação rumo ao fim do mês, aos 122 mil pontos nas últimas três sessões. Faltando hoje e amanhã para o fim de junho, o Ibovespa sobe 0,44% no mês e 1,07% nesta última semana do intervalo. Caso se confirme o avanço depois de amanhã, será o primeiro desempenho positivo para o índice desde fevereiro - em alta então de 0,99%, até aqui o único mês de ganho em 2024. No

ano, cai 8,6%.

Na ponta do Ibovespa ontem, destaque para Usiminas (+3,32%), Prio (+2,38%) e IRB (+2,36%). No lado oposto, Pão de Açúcar (-7,77%), Azul (-5,56%) e Petz (-4,08%). Entre as ações de primeira linha, Vale ON fechou em alta de 1,24%, com Petrobras também no positivo no encerramento (ON +0,51%, PN +0,16%), o que deu um pouco mais de fôlego para o Ibovespa na reta final. Destaque também para Gerdaud (PN +2,07%), na máxima do dia no fechamento.

Entre os grandes bancos, o encerramento foi em geral moderadamente negativo. Bradesco PN conseguiu fluir para cima, em leve alta de 0,24%; na máxima do dia no fim da sessão assim como Itaú PN (-0,18%) e Bradesco ON (também -0,18%), embora estas duas tenham conservado o sinal negativo no fechamento.

DÓLAR

O dólar subiu com força na sessão de ontem, e superou a barreira técnica e psicológica e R\$ 5,50, atingindo o maior valor de fechamento desde janeiro de 2022.

Com máxima a R\$ 5,5264, o dólar à vista encerrou a sessão em alta de 1,19%, cotado a R\$ 5,5194 - maior valor de fechamento desde 18 de janeiro de 2022 (R\$ 5,5603). Em junho, a moeda já avança 5,12%, o que leva a valorização no ano a 13,72%. Em 2024, o dólar tem os maiores ganhos em relação ao iene, ao real e ao peso argentino.

COMPROMISSO

Lula 'ama inflação' baixa e diz que meta e número a ser perseguido

SOFIA AGUIAR E VICTOR OHANA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto) afirmou que a meta de inflação é um "número a ser perseguido" pelo governo federal. Lula disse "amar" inflação baixa e garantiu compromisso para tentar levar a inflação para a meta estabelecida.

"A meta de inflação é um número a ser perseguido. Então, nós vamos trabalhar para tentar levar a inflação para meta com 1,5% a mais e 1,5% a menos. Nós vamos manter isso", disse o petista a jornalistas nesta quarta-feira, 26, após visitar exposição de ônibus escolares do Novo PAC na Esplanada dos Ministérios.

Na fala, o presidente destacou seu conhecimento sobre inflação e disse que "ninguém neste país" conhece o índice tanto quanto ele "Amo inflação baixa, o povo brasileiro ama inflação baixa, o povo brasileiro quer inflação baixa", acrescentou.

No período da tarde, o governo publicou o decreto que altera o regime de metas de inflação, de apuração de ano-calandário para o regime contínuo.

RICARDO STUCKERT



nuo. O novo sistema entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, com centro do alvo e o intervalo de tolerância definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), mediante proposta do ministro da Fazenda.

A nova sistemática prevê que o cumprimento da meta seja apurado com base na inflação acumulada em 12 meses em um índice de inflação definido pelo CMN. Será considerado que a meta foi descumprida quando a taxa desviar-se por seis meses consecutivos do intervalo de tolerância.

CONTAS PÚBLICAS

Déficit primário sobe para R\$ 61 bilhões em maio

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Pressionadas pela antecipação do décimo terceiro a aposentados e pensionistas, as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) fechou maio com déficit primário de R\$ 61 bilhões. O valor representa aumento real (acima da inflação) de 30,4% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Este é o segundo pior déficit para meses de maio desde 2020, no início da pandemia de Covid-19. Na ocasião, o resultado negativo tinha ficado em R\$ 126,635 bilhões. O resultado veio pior do que o esperado pelas instituições financeiras.

Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 38,5 bilhões em maio.

Nos cinco primeiros meses

do ano, o Governo Central registra déficit primário de R\$ 30 bilhões. No mesmo período do ano passado, havia superávit primário de R\$ 1,834 bilhão.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo, para o Governo Central.

No fim de maio, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas projetou déficit primário de R\$ 14,5 bilhões para o Governo Central, o equivalente a um resultado negativo de 0,1% do PIB. Com a arrecadação recorde do início do ano, o governo desbloqueou R\$ 2,9 bilhões e manteve a estimativa de arrecadar

R\$ 168 bilhões em receitas extras em 2024 para cumprir a meta fiscal.

RECEITAS

Na comparação com maio do ano passado, as receitas subiram, mas as despesas aumentaram em volume maior por causa da antecipação do décimo terceiro do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e de gastos com o Bolsa Família. No último mês, as receitas líquidas subiram 13,2% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 9%. No mesmo período, as despesas totais subiram 18,5% em valores nominais e 14% após descontar a inflação.

O déficit primário ocorreu apesar da arrecadação federal recorde em maio. Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de tributos), houve alta de 14,3%

em maio na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação.

Os principais destaques foram o aumento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), decorrente da recomposição de tributos sobre os combustíveis e da recuperação da economia, e o aumento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte, por causa da tributação sobre os fundos exclusivos, que entrou em vigor no fim do ano passado.

As receitas não administradas pela Receita Federal subiram 2,7% acima da inflação na mesma comparação. As maiores altas foram provocadas em concessões e permissões, no total de R\$ 764 milhões de aumento e demais receitas, com alta de R\$ 672,5 milhões. Essas altas compensaram a queda de R\$ 205,2 milhões nos royalties, decorrente da queda do petróleo no mercado internacional.

TESOURO

Dívida Pública fica em R\$ 6,91 tri em maio, aumento de 3,1% no mês

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A Dívida Pública Federal (DPF) fechou o mês de maio em R\$ 6,912 trilhões, um aumento nominal de 3,1% em relação a abril, quando a dívida ficou em R\$ 6,703 trilhões. Os dados foram divulgados ontem.

Segundo o Tesouro Nacional, a variação nominal ocorre em razão da emissão líquida de R\$ 146,71 bilhões e da apropriação positiva de juros de R\$ 61,38 bilhões.

Já a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) teve seu estoque ampliado em 3,16%, passando de R\$ 6.423 trilhões para R\$ 6.626 trilhões, devido à emissão líquida no valor de R\$ 147,33 bilhões, e à apropriação

positiva de juros, no valor de R\$ 55,80 bilhões.

Com relação ao estoque da Dívida Pública Federal externa houve variação positiva de 1,77% sobre o estoque apurado em abril, encerrando o mês de maio em R\$ 285,47 bilhões (US\$ 54,46 bilhões), sendo R\$ 238,17 bilhões (US\$ 45,44 bilhões) referentes à dívida mobiliária e R\$ 47,30 bilhões (US\$ 9,02 bilhões) relativos à dívida contratual.

Em maio, as emissões da DPF foram a R\$ 172,25 bilhões, enquanto os resgates alcançaram R\$ 25,54 bilhões, resultando em emissão líquida de R\$ 146,71 bilhões, sendo R\$ 147,33 bilhões referentes à emissão líquida da DPMFi e R\$ 0,62 bilhão, ao resgate líquido da Dívida

Pública Federal externa - DPFe.

O Tesouro informou ainda que o percentual de vencimentos da DPF para os próximos 12 meses apresentou aumento, passando de 19,07%, em abril, para 20,79%, em maio.

O volume de títulos da DPMFi a vencer em até 12 meses também ampliou de 19,26%, em abril, para 21,05%, em maio. Os títulos prefixados correspondem a 36,67% deste montante, seguidos pelos títulos atrelados a índice de preços, os quais apresentam participação de 33,99% desse total.

O prazo médio do vencimento da DPF apresentou queda, passando de 4,13 anos, em abril, para 4,08 anos, em maio. O pra-

zo médio da DPMFi também diminuiu de 4 anos, em abril, para 3,95 anos, em maio.

Em relação à DPF externa, observou-se o aumento do percentual vencendo em 12 meses de 14,70%, em abril, para 14,78% em maio, sendo os títulos e contratos denominados em dólar responsáveis por 94,26% desse total.

O prazo médio da DPFe apresentou variação negativa, passando de 7,07 anos, em abril, para 7,02 anos em maio. O destaque ficou para os vencimentos acima de 5 anos que respondem por 50,01% do estoque da DPF externa.

Com isso, prazo médio de emissão do total da dívida em maio foi de 4,87 anos.

CMN

Conselho Monetário define centro da meta contínua de inflação em 3%

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Horas após a edição do decreto que instituiu um novo sistema de metas de inflação, o Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. O colegiado reuniu-se ontem e

precisava regulamentar o indicador, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.

O CMN também definiu que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será usado para medir a inflação. "O Banco Central do Brasil efetivará as necessárias modificações em seus regulamentos e normas, visando à execução do

contido nesta resolução", diz o texto.

Com a fixação da meta contínua, o CMN não precisa mais definir uma meta de inflação a cada ano. Apenas caso queira mudar a meta, o Conselho Monetário se reunirá e publicará os novos limites de inflação, que só entrará em vigor depois de 36 meses (três anos).

Formado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad; pela ministra do Planejamento, Simone Tebet; e pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, o CMN reúne-se todos os meses. Para 2024, continua em vigor a regra antiga, que estabeleceu meta de 3% com margem de tolerância de 1,5 ponto, os mesmos valores da meta contínua.

Nota

HADDAD: DEVEMOS TER MELHOR RESULTADO FISCAL DOS ÚLTIMOS 10 ANOS SEM DAR CALOTE EM NINGUÉM

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu o trabalho do governo e criticou algumas projeções do mercado, que indicam resultados fiscais ruins. Ele reiterou que os indicadores fiscal e de inflação estão em compasso com as projeções da Secretaria de Política Econômica. "Possivelmente teremos o melhor resultado fiscal dos últimos dez anos em 2024. Vamos aguardar, mas

minha impressão é que teremos", disse. Ao ser questionado sobre o superávit de 2022, Haddad mencionou a mudança na regra para pagamento de precatórios e garantiu que o governo entregará um resultado consistente "sem dar calote em ninguém". Questionado se concordava com as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o nervosismo do mercado, Haddad disse que é preciso avaliar os casos, corrigir a comunicação, se comprometer com dados e entregar bons resultados.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

Nota

EM NOVA DOAÇÃO, NORUEGA REPASSA MAIS DE R\$ 270 MI AO FUNDO AMAZÔNIA

A Noruega confirmou ontem uma nova doação no valor de US\$ 50 milhões ao Fundo Amazônia. Na cotação atual, o montante é equivalente a cerca de R\$ 275 milhões. O país havia se comprometido a realizar esse repasse em dezembro do ano passado em Dubai, no Emirados Árabes, durante a 28ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP28). A confirmação ocorreu mediante a formalização do termo de doação junto ao Banco de Desenvolvimento de Econômico e Social (BNDES). A assinatura ocorreu durante o Fórum sobre Florestas Tropicais, evento que está sendo realizada em Oslo, capital norueguesa. O Fundo Amazônia tem como objetivo viabilizar o apoio

nacional e internacional a projetos para a conservação e o uso sustentável das florestas na Amazônia Legal, região que engloba nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Maranhão. Ele foi criado em 2008 por meio do Decreto 6.527, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na época no segundo mandato. O BNDES é responsável pela captação e pela gestão dos recursos, respondendo também pela contratação e pelo monitoramento das iniciativas financiadas. A instituição financeira busca atuar em coordenação com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática. As diretrizes para a escolha dos projetos são fixadas por um Comitê Orientador (Cofa), composto por indicados pelo governo federal e pelos nove governos estaduais e por representantes de entidades da sociedade civil.

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos dos Estatutos do SINEPE RIO e legislação pertinente, ficam os associados deste Sindicato convocados para a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, na próxima terça-feira, dia 2 de julho de 2024, no auditório do Sinepe Rio – Rua da Assembleia, 77, 22º andar – Centro. A primeira convocação será às 11h e a segunda, caso necessário e nos termos estatutários, às 11h30, com o objetivo de cumprir a seguinte ordem do dia: A) Deliberação e aprovação da Convenção Coletiva dos Professores 2024/2025; B) Deliberação e aprovação da Contribuição Assistencial; C) Assuntos gerais.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2024.

Pedro Paulo de Bragança
Presidente

Escola Particular: liberdade e democracia começam aqui.
Escola forte tem sindicato forte.

Balancos patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em mR\$)			
	Nota Explicativa	2023	2022
Ativo		1.084	10.878
Circulante		1.084	10.878
Caixa e equivalentes de caixa	4	926	7.842
Contas a receber		4	3.004
Adiantamentos		4	4
Impostos a recuperar		150	28
Passivo e patrimônio líquido		1.084	10.878
Circulante		9	76
Impostos e contribuições a pagar		6	76
Dividendos a pagar		3	-
Patrimônio líquido	6	1.075	10.802
Capital social		803	13.582
Reserva legal		14	-
Reserva de lucros		258	-
Prejuízos acumulados		-	(2.780)
Demonstrações do resultado em 31/12/2023 e 2022 (Em mR\$, exceto quando demonstrado de outra forma)			
	Nota Explicativa	2023	2022
Lucro bruto		-	-
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(63)	(1.003)
Resultado de equivalência patrimonial		-	(6.374)
Ganho em participação societária		-	279
Despesas tributárias		(3)	17
		(66)	(7.082)
Resultado antes do efeito financeiro		(66)	(7.082)
Resultado financeiro, líquido	8	488	655
Receitas financeiras		-	(22)
Despesas financeiras		422	(6.450)
Resultado operacional antes do I.R. e da C.S.	7	(148)	(201)
I.R. e C.S.		274	(6.651)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		274	(6.651)
Demonstrações do resultado abrangente em 31/12/2023 e 2022 (Em mR\$)		2023	2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		274	(6.651)
Total do resultado abrangente do exercício		274	(6.651)
Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em mR\$)		2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		274	(6.651)
Lucro ou Prejuízo líquido do exercício		274	(6.651)
Ajustes			
Equivalência patrimonial		-	(6.374)
Lucro (prejuízo) líquido ajustado		274	(13.025)
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a receber		3.000	(3.000)
Adiantamentos a terceiros		-	1
Impostos a recuperar		(122)	(2)
Fornecedores		-	(25)
Outras contas a pagar		(69)	76
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		3.084	(15.994)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Venda de participações societárias		-	45.894
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		-	45.894
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Redução do capital social		(10.000)	-
Distribuição de dividendos		-	(23.244)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos		(10.000)	(23.244)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(6.916)	6.656
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		7.842	1.186
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		926	7.842
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(6.916)	6.656
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em mR\$, exceto quando indicado de outra forma).			
1. Contexto operacional: a) Objeto social: A São Cristóvão Participações S.A. ("Cia."), anteriormente denominada L.E.U.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda., é uma sociedade por ações de capital fechado, situada na Av. Ataulfo de Paiva, nº 1.251, 9º andar, sala 901, Leblon, RJ/RJ. Constituída em 19/07/2017, e com início de suas operações em 19/09/2018, a Cia. tem como objeto social a participação em outras sociedades. b) Descrição dos investimentos: Em 07/11/2018, através do Contrato de Acordo de Investimento, a Cia. adquiriu 80% da participação societária e controle da Pucon Investimentos Imobiliários S.A. ("Pucon" ou "investida"). A Pucon é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, SP-SP, Brasil. A investida possui como objetivo social e atividades operacionais preponderantes, a incorporação e a construção de imóveis residenciais, isoladamente ou em conjunto com outras entidades, através da participação em sociedades controladas de forma integral, sob controle compartilhado ou em sociedades coligadas. Em 31/12/2021, a Pucon possuía investimentos em controladas (controladas e investimentos indiretos da Cia.), conforme informações destacadas a seguir:			
	Participação (%)		
Aspen Investimentos Imobiliários Ltda.	99,99		
Kingston Invest. Imob. Ltda.	99,99		
Fernão Dias Empreendimento Imobiliários Ltda.	99,99		
Como parte normal de ciclo de seus investimentos, a São Cristóvão decidiu em 30 de outubro 2022 vender suas ações da Pucon, encerrando sua participação ao investimento. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade e base de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC e de acordo com a NBC TG 1000-(R1) Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/10. Sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A Administração avaliou a capacidade da Cia. continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Na preparação destas demonstrações contábeis, as mesmas políticas contábeis foram aplicadas nos exercícios apresentados. A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 14/06/2024. b) Moeda funcional: A moeda funcional da Cia. é o Real. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. c) Investimento controlado em conjunto (joint venture): Uma joint venture é um acordo contratual através do qual a Cia. e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da joint venture requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle. A Investida mencionada na Nota 1.b, é controlada em conjunto, sendo que desde a data em que o controle compartilhado foi adquirido, o registro dos investimentos está em conformidade ao exposto na Nota 5.c. d) Uso de			

Luiz Augusto Vianna Messori - Diretor - CPF: 388.671.028-93; Dirceu de Mello Junior - Diretor - CPF: 171.470.328-29; Vicente Pinheiro de Lima - Contador - CRC ISP 290166/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e acionistas São Cristóvão Participações S.A. RJ - RJ **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da São Cristóvão Participações S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da São Cristóvão Participações S.A., em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cia. de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia.; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia.; Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 14/06/2024. **BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/F; Patricia Hanzelmann Quinelatto - Contadora CRC 1 RJ 090716-O3**

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/IAS 01 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/IAS 8	Definição de estimativa contábil	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/IAS 12	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/IAS 12	Reforma tributária internacional	23/05/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira ou sobre as divulgações nestas informações contábeis intermediárias. **Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Cia. não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 06/IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/IAS 01	Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante	01/01/2024
Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado")	01/01/2024
Alterações ao CPC 02/IAS 21	Ausência de conversibilidade	01/01/2024

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações contábeis. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Cia. em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme composição abaixo:

	2023	2022
Fundo fixo	1	1
Banco conta movimento	-	9
Aplicações financeiras	925	7.832
	926	7.842

5. Investimento:

a) **Composição dos saldos:**

	2023	2022
Controle compartilhado	-	39.520

b) **Movimentação dos investimentos:**

	2023	2022
Saldo inicial	-	39.520
Aquisição de investimento (Nota 1.b)	-	-
Aporte de Capital	-	-
Dividendos propostos a receber	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	(6.374)
Distribuição de ações preferenciais	-	(30.425)
Ganho na operação de resgate de ações	-	279
Recebimento referente ao resgate de ações	-	(3.000)
Saldo finais	-	-

(*) Em 28/10/2022, a Cia. vendeu o restante de suas ações da investida. **6. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 31/12/2022 e 2021, o capital social da Cia. era de R\$ 18.334. Em 2023 ocorreu uma diminuição do capital social passando a ser de R\$ 803 representado por 803.313 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista/Quotista	Quantidade de ações	%
Olympus Real Estate II – Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior	803.313	100

b) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) **Dividendos:** O Estatuto Social da Cia. determina a distribuição de um dividendo anual mínimo de 1% do lucro líquido do exercício ajustado conforme estatuto social. **7. Tributos com recolhimento corrente:** Os valores de I.R. e C.S. demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores, à alíquota nominal:

	2023	2022
IRPJ	-	-
Rendimentos e Ganhos Líquidos de Aplicação Financeira	488	655
Alíquota de IRPJ-15%		
IRPJ a pagar	73	98
Base de Cálculo para adicional de IRPJ	306	440
Adicional de IRPJ a pagar	31	44
IRPJ a pagar	104	142
CSLL	-	-
Rendimentos e Ganhos Líquidos de Aplicação Financeira	488	655
Alíquota de CSLL-9%		
CSLL a PAGAR	-	-
CSLL sobre Receita Financeira	44	59
CSLL a pagar	44	59
IRPJ e CSLL no exercício	148	201
8. Resultado financeiro	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	480	655
Outras receitas financeiras	8	-
	488	655
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	-	(22)
	-	(22)
Resultado financeiro, líquido	488	632

9. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros utilizados pela Cia. estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa e outras contas a pagar, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos na Nota 3.8. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2023, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4); os saldos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras junto a instituições de renome possuem valores de mercado equivalentes aos saldos contábeis; • Outras contas a pagar: correspondem aos valores conhecidos e calculáveis provenientes da aquisição de bens e serviços. Em 31/12/2023, a Cia. não possuía operações de hedge e derivativos, tampouco realiza transações indexadas à moeda estrangeira. **Categoria dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros são descritos a seguir, bem como suas categorias de classificação:

	2023	2022
Hierar-Valor Contábil	Valor Justo	Valor Justo
Valor Contábil	Valor Justo	Valor Justo
Caixa e equivalentes-Nota 4	Nível 2	Nível 2
	926	926
	926	926
	7.842	7.842
	7.842	7.842

(*) valor justo através do resultado; (**) custo amortizável. **10. Provisão para contingências:** Atualmente a Cia. não é parte integrante em nenhum processo judicial com probabilidade de perda provável e possíveis, não registrando, portanto, provisão para demandas judiciais em 2023. **11. Eventos subsequentes:** Não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data de encerramento do exercício social e da divulgação das demonstrações contábeis que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da Cia..

CASA AMARELA

Ocupação cultural no centro de São Paulo pode ser despejada

DANIEL MELLO/ABRASIL

Um casarão ocupado por coletivos culturais desde 2014 no centro da capital paulista deve passar por uma reintegração de posse no próximo dia 10. Conhecida como Casa Amarela, o imóvel faz parte de um conjunto de três casarões, na Rua da Consolação, tombados pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo.

Coletivo Casa Amarela Quilombo Afroguaraní tem desenvolvido ao longo dos anos diversas atividades artísticas e culturais no espaço, como aulas de capoeira, ioga e apresentações de grupos de cultura popular. Em carta aberta divulgada nas redes sociais, a associação que ocupa o espaço diz que a ocupação "tem sido um farol de esperança e cultura, democratizando um espaço que estava abandonado há mais de uma década. Abrigamos manifestações artísticas

diversas, com um foco especial na cultura afrobrasileira e indígena", diz o comunicado.

O imóvel pertencia ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e foi repassado à prefeitura de São Paulo em 2017. Naquele mesmo ano, a municipalidade entrou com uma ação pedindo a reintegração de posse do imóvel. No último dia 19 de junho, o juiz José Eduardo Rocha, da 14ª Vara de Fazenda Pública, atendeu ao pedido da prefeitura.

Inicialmente, a desocupação estava marcada para a última segunda-feira (24), porém, após negociação, o despejo foi adiado em uma semana.

Na tarde desta quarta-feira, os ocupantes preparavam a retirada dos objetos e mobiliário do local.

A prefeitura, informou por nota, que a Secretaria Municipal de Cultura está desenvolvendo um projeto de restauro do casarão com Departamento de Patrimônio Histórico.

SINDICÂNCIA

GIOVANNA CASTRO E LEONARDO ZVARICK/AE

Após a repercussão negativa nas redes sociais sobre um vídeo em que um youtuber americano acompanha, de dentro de uma viatura da Polícia Militar de São Paulo, uma operação em favelas da zona norte capital paulista, a PM abriu sindicância interna para apurar o episódio e remanejou o agente que teria autorizado o influenciador a participar da operação.

"A participação de outros agentes na gravação é apurada,

assim como falas ditas no vídeo que violam os valores da Corporação. Todas as medidas cabíveis serão tomadas quando a apuração for concluída", disse a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, em nota.

Questionada sobre qual era a identidade ou o posto do agente que autorizou a participação do youtuber e para onde ele foi remanejado, a pasta não respondeu a reportagem até a publicação desta matéria.

Além de a filmagem e participação do youtuber na operação violar as regras internas da PM - o produtor de conteúdo Gen Ki-

mura acompanhou a ação do banco de trás da viatura, utilizou um colete à prova de balas da corporação e chegou a empunhar uma arma -, em determinado momento, um agente diz que comemora mortes causadas pela polícia com "charutos e cervejas".

A publicação, intitulada "24 hrs na vida de um policial no Brasil", foi publicada há três semanas, já atingiu 1,6 milhão de visualizações e continua no ar mesmo depois da abertura da sindicância policial nesta semana. O vídeo acompanha a rotina de policiais da Força Tá-

tica no batalhão e mostra abordagens a suspeitos em residências e uma perseguição a motociclistas.

Ontem, a Secretaria da Segurança Pública já havia confirmado que "a dinâmica do vídeo não é permitida de acordo com as regras internas da Corporação", que vetam o envolvimento de civis em práticas exclusivamente militares.

Disse ainda, sobre a comemoração de mortes com charutos e cervejas, que a frase dita pelo agente "não condiz com as práticas adotadas pelas forças de segurança do Estado".

TRIBUNAL

TCE recomenda aprovação das contas de 2023 de Tarcísio

Em sessão extraordinária do Pleno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), ontem, os conselheiros recomendaram, de maneira unânime, a aprovação das contas do exercício fiscal de 2023 do Governo do Estado de São Paulo.

Em etapa que antecedeu a sessão de ontem no TCESP, o Ministério Público de Contas (MPC) já havia opinado pela aprovação, algo que não ocorria há muitos anos na Administração Estadual. "A atual gestão atendeu a todos os requisitos legais e o Ministério Público de Contas se manifesta pela aprovação das contas de 2023", destacou a procuradora-geral do Ministério Público de Contas, Dra Letícia Feres.

O conselheiro substituto Valdenir Polizeli atuou como relator durante a sessão e ontem

o TCESP (em lugar do conselheiro Robson Marinho, afastado por questões de saúde). Ele destacou que o Governo do Estado de São Paulo dedicou-se a alcançar as metas estabelecidas para 2023 e que, apesar do quadro econômico adverso, a queda de arrecadação foi equacionada com o controle das despesas e com hígidez fiscal, dando equilíbrio às contas.

"A gestão empregou 33,54% em educação e 12,72% em saúde, percentuais superiores às previstas na Constituição Estadual", afirmou Polizeli. "O trabalho geral avançou em 2023 no tocante ao tratamento dos dados relativos a renúncias fiscais. A integração da Administração Estadual com o TCESP já produziu bons frutos", asseverou.

Essa também foi a avaliação de Antonio Roque Citadini, conselheiro decano do TCESP, re-

conhecendo a evolução do Governo do Estado no tema. "Há de se destacar que as informações relativas às renúncias fiscais evoluíram bem. É preciso reconhecer a importante contribuição da Sefaz-SP, da gestão do secretário Kinoshita, para a evolução da transparência necessária", disse Citadini.

Os conselheiros destacaram ainda que o planejamento e execução orçamentária foram seguidos de maneira rígida pela atual gestão no ano de 2023, tendo cumprido em seu primeiro ano a Lei de Responsabilidade Fiscal em todos os aspectos, bem como os mínimos constitucionais em educação e saúde.

Apesar de considerações em assuntos de fundo realizadas pelos conselheiros - destacadamente em relação à questão previdenciária, aos precatórios e à dívida contratual com a

União - o TCESP ressaltou que importantes recomendações de exercícios anteriores foram atendidas, incluindo a aplicação do Fundeb, e destacou relevante avanço na transparência de informações acerca das chamadas renúncias fiscais.

Ao final do julgamento, o presidente do TCESP, conselheiro Renato Martins Costa, cumpriu o governador Tarcísio de Freitas e o secretário Samuel Kinoshita por compreender a importância do adequado acesso às informações pelo controle externo. "Faço questão de registrar: puderam todos aprender aqui o grau de maturidade, responsabilidade e profissionalismo que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo teve, e sempre tem, ao lidar com informações sensíveis, de caráter tributário", concluiu o presidente do TCESP.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 5ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 5ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Ipanema, 174, conjunção com o nº 109, CEP 04.538-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 16 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 5ª Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 17 de julho de 2024, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme preceito neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Concessão de waiver pelo descumprimento de obrigação não pecuniária disposta na cláusula 7.1 item (v), (a) do Primeiro Aditamento ao Termo de Emissão da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, referente à não entrega até o dia 30 de abril de cada ano, (1) cópia das demonstrações financeiras da Emitente referentes ao último exercício social; (2) declaração firmada por representantes legais da Emitente, na forma de seu contrato social, atestando que permanecem válidas as disposições contidas neste Termo de Emissão; a não ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e a inexistência de descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo de Emissão; e que não foram praticados atos em desacordo com seu contrato social; (iii) Se aprovado o Item (ii) acima, conceder prazo até o dia 31/07/2024 para entrega da cópia das demonstrações financeiras e declarações mencionadas acima; (iii) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@cmccor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI LOTE 5", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 26 de junho de 2024. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 2ª SÉRIE DA 82ª (OCTOGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 1ª e 2ª Séries da 82ª (octogésima segunda) Emissão de certificados de recebíveis imobiliários, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da Canal Companhia de Securitização ("Emissora"), nos termos da Cláusula Onze do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª e 2ª Séries dos CRI da 82ª Emissão da Emissora, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 11º andar, Torre A, Itaim Bibi, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ sob o nº 67.030.395/0001-46 ("Agente Fiduciário"), a HIK DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO EM ENERGIA LTDA., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 66, bloco B, salas 1.213 e 1.214, Bairro Flamengo, CEP 22210-030, inscrita no CNPJ sob o nº 48.914.488/0001-99 ("HIK"), a MARS ENERGIA SOLAR LTDA., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 66, bloco B, sala 1.706 (parte), Bairro Flamengo, CEP 22210-030, inscrita no CNPJ sob o nº 48.914.555/0001-75 ("Mars Energia") e a VENUS ENERGIA SOLAR LTDA., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 66, bloco B, sala 1.706 (parte), Bairro Flamengo, CEP 22210-030, inscrita no CNPJ sob o nº 53.666.106/0001-95 ("Venus"), sendo HIK, Mars Energia e Venus denominadas "Cedentes", a se reunirem em 17 de julho de 2024, às 10:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado link para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da assembleia, a fim de, em sede de Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinar, discutir e deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Conceder ou não waiver para afastar a Hipótese de Recompra Compulsória prevista no item "vii" da Cláusula 8.1 do Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças (Cessão), não recebimento dos seguintes documentos: a. Notificação à Locatária, conforme cláusula 2.8 da Cessão; e b. Notificação de Cessão, conforme cláusulas 3.2.1. e 3.2.2. do Instrumento Particular de Cessão e Promessa de Fiduciária de Recebíveis em Garantia e Outras Avenças (Cessão Fiduciária). (ii) Se aprovado o item (i) acima, conceder prazo adicional até 31/12/2024 para a entrega dos documentos mencionados acima; (iii) Conceder ou não waiver para afastar a Hipótese de Recompra Compulsória prevista no item "xiv" da Cláusula 8.1 da Cessão, pelo recebimento de valores decorrentes dos Créditos Imobiliários e/ou dos Recebíveis em conta diversa à Conta Centralizadora e o repasse após o prazo de cura estabelecido na cláusula 3.2.2. da Cessão; (iv) Afastar ou não a obrigação de pagamento de Encargos Moratórios, conforme cláusula 2.5.2. da Cessão, caso seja aprovado do item (iii) acima; (v) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Geral serão realizadas a distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRI, conforme item 11.9 do Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: fiduciario@trusteedtm.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "ii" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretendem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: quando pessoa física, documento de identidade; quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário (fiduciario@trusteedtm.com.br) e da Securitizadora (juridico@canalsecuritizadora.com.br). Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 27 de junho de 2024. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

GAMES

Governo de SP abre edição de estreia da Gamescom na América Latina

O governador em exercício Felício Ramuth participou ontem da abertura oficial da Gamescom Latam, maior evento de games do mundo que acontece até o próximo no espaço Expo São Paulo, na capital. Essa é a primeira edição da feira na América Latina e a expectativa é reunir cerca de 100 mil visitantes, entre empresários, jogadores e desenvolvedores, e gerar R\$ 1 bilhão em negócios no período.

"Tive a oportunidade de compartilhar aqui com vocês essa grande feira que tem uma característica de ser um empreendimento sério com potencial enorme na geração de negócios e, ao mesmo tempo, ser uma ambiente leve, onde a gente pode ver sorriso no rosto dos empreendedores, dos nossos palestrantes e a gente pode desenvolver negócios. Então, é um orgulho para o Estado de São Paulo receber a Gamescom", afirmou Felício.

Na solenidade de abertura, o governo paulista anunciou a abertura de edital no valor de R\$ 9,5 milhões para projetos no setor de cultura pop no estado, e o lançamento do programa Fábrica de Games, que oferecerá cursos gratuitos nas unidades das Fábricas de Cultura. Estiveram presentes a secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado, Marília Marton, o prefeito Ricardo Nunes, e executivos das empresas responsáveis pela feira.

A estreia da primeira edição da Gamescom Latam na América Latina foi uma articulação da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, por meio do

CreativeSP, programa da pasta e da InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

A Gamescom em São Paulo conta com cerca de 700 marcas expositoras, do Brasil e do exterior, e mais de 400 jogos disponíveis para testes - cerca de 10% serão lançados durante o evento. Também estão previstas rodadas de negócios, palestras e competições, entre outras ações. A expectativa do setor é que o evento movimentará cerca de R\$ 1 bilhão em negócios.

"Este é um marco histórico para a indústria de jogos na América Latina. A Gamescom Latam é uma vitrine para o talento e a inovação, um compromisso nosso com o setor de games. Além, é claro, de ser um importante passo para fortalecer a nossa posição dentro do cenário global da economia criativa", comentou a secretária da Cultura, Economia e Indústria Criativas do Estado, Marília Marton.

O setor de jogos eletrônicos no estado emprega 6 mil pessoas, segundo dados da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Games (Abragames). São Paulo concentra 35% dos desenvolvedores de games do país, reunindo mais de 300 empresas.

EDITAL DE R\$ 9,5 MI

O governo de SP anunciou a abertura dos Editais para cultura pop com investimento de R\$ 9,5 milhões. Serão 80 projetos selecionados em quatro linhas de editais, que estão divididas em cosplay (iniciante e avançado), con-

teúdos de realidade, que englobam: realidade aumentada (AR), realidade virtual (VR) 360 e realidade de mista (MR), desenvolvimento de jogos, além da realização e publicação de história em quadrinhos inéditos.

FÁBRICAS DE GAMES

Para quem deseja se aprofundar no universo profissional dos games, o governo de SP abre a partir do dia 2 de julho as inscrições para o programa Fábrica de Games. Os interessados devem procurar a recepção de cada uma das 15 unidades das Fábricas de Cultura, em São Paulo (<http://fabricasdecultura.sp.gov.br>). Para se inscrever, basta ter entre 14 e 21 anos e possuir conhecimento prévio em algum segmento da área de tecnologia ou áreas relacionadas, além do interesse no universo dos games. Serão 225 vagas, com início das aulas em agosto. A carga horária é de 294 horas (com duração de dois semestres).

PROGRAMAÇÃO

Como parceiro estratégico do evento, o governo paulista mantém na feira um estande com 120m² e diversas atividades especiais destinadas ao público presente. Entre elas o E-Games: Lançamento do primeiro campeonato estudantil, competição voltada para estudantes da rede pública estadual com idades entre 16 e 20 anos, na modalidade Free Fire e que contará com a participação de mais de 500 equipes. Palestras dos principais influenciadores do cenário de eSports como Nobru e Cerol estão confirmadas para falar

durante os dias de evento.

Outra atividade será o Hub Interativo, um espaço com demonstrações de diferentes jogos e ativações, e alguns programas incentivados pela Lei Paulo Gustavo e pelo Programa de Ação Cultural (ProAC). Os games poderão ser testados e as pessoas conhecerão um pouco dos conteúdos incentivados pelo Estado.

As Fábricas de Cultura oferecerão algumas atividades, como o workshops de ocarina, instrumento de sopro, além de outras novidades desenvolvidas pelos alunos das Fábricas, como alguns dos games desenvolvidos pelos aprendizes que estarão em versão de demonstração para que todos os visitantes possam testar. Uma vending machine estará disponível para quem participar das atividades no estande, com uma série de brindes que poderão ser pegos pelos mais sortudos.

Outra atividade será o Espaço Click, focado em ativações com cosplay e XR. Nesse espaço "instagramável", quem sempre quis se vestir de cosplay terá a chance de fazê-lo pela primeira vez. Além de usar a roupa do seu personagem de games favorito, poderão tirar fotos em uma área preparada.

Além disso, a experiência de realidade virtual "A Origem de Macunaíma", permite aos visitantes serem transportados para um escritório modernista inspirado no ambiente de Mário de Andrade, onde encontram o próprio autor digitalmente recriado. Em uma narrativa envolvente, o escritor conta a história da gênese de seu famoso livro "Macunaíma".

DESCRIMINALIZAÇÃO

STF fixa 40g de maconha para distinguir usuário de traficante

ANDRÉ RICHTER/BRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, fixar em 40 gramas os seis plantas fêmeas de *Cannabis sativa* a quantidade de maconha para caracterizar porte para uso pessoal e diferenciar usuários e traficantes.

A definição é um desdobramento do julgamento no qual a Corte decidiu na terça-feira descriminalizar o porte de maconha para uso pessoal.

O cálculo foi feito com base nos votos dos ministros que fixaram a quantia entre 25 e 60 gramas nos votos favoráveis à descriminalização. A partir de uma média entre as sugestões, a quantidade de 40 gramas foi fixada.

COMO FICA

A descriminalização não legaliza o uso da droga. O porte de maconha continua como comportamento ilícito, ou seja, permanece proibido fumar a droga em local público, mas as consequências do porte passam a ter

natureza administrativa, e não criminal.

A decisão não impede abordagens policiais, e a apreensão da droga poderá ser realizada pelos agentes. Nesses casos, os policiais deverão notificar o usuário para comparecer à Justiça.

ENTENDA

O Supremo julgou a constitucionalidade do Artigo 28 da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006). Para diferenciar usuários e traficantes, a norma prevê penas alternativas de prestação de serviços à comunidade, advertência sobre os efeitos das drogas e comparecimento obrigatório a curso educativo.

A lei deixou de prever a pena de prisão, mas manteve a criminalização. Dessa forma, usuários de drogas ainda são alvo de inquérito policial e processos judiciais que buscam o cumprimento das penas alternativas.

Com a decisão, a Corte Suprema manteve a lei, mas entendeu as consequências são administrativas, deixando de valer a

possibilidade de cumprimento de prestação de serviços comunitários. A advertência e a presença obrigatória em curso educativo estão mantidas e deverão ser aplicadas pela Justiça em procedimentos administrativos, sem repercussão penal.

O registro de reincidência penal também não poderá ser avaliado contra os usuários.

COMPETÊNCIA DO STF

Durante a sessão, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, rebateu as acusações sobre invasão de competência para julgar a descriminalização. Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que cabe ao Congresso decidir a questão.

Barroso disse que o Supremo deve decidir o caso porque recebe e julga os *habeas corpus* de presos. "Essa é tipicamente uma matéria para o Poder Judiciário. Nós precisamos ter um critério para definir se a pessoa deve ficar presa, ou não, ou seja, se nós vamos produzir um impacto

dramático na vida de uma pessoa, ou não. Não há papel mais importante para o Judiciário do que decidir se a pessoa deve ser presa, ou não", afirmou.

DELEGACIA

Pela decisão, os usuários poderão ser levados para uma delegacia quando forem abordados pela polícia portando maconha. Caberá ao delegado pesar a droga, verificar se a situação realmente pode ser configurada como porte para uso pessoal e encaminhar o caso para a Justiça.

As novas regras para usuários serão válidas até o Congresso aprovar nova regulamentação sobre o tema.

A decisão do Supremo também permite a prisão por tráfico de drogas nos casos de quantidade de maconha inferiores a 40 gramas. Nesses casos, deverão ser considerados pelos delegados indícios de comercialização da droga, apreensão de balança para pesar o entorpecente e registros de vendas e de contatos entre traficantes.

ESPLANADA

Em ato, indígenas pedem ações contra mudanças climáticas

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

Chuvas no Sul e estiagem com queimadas no Pantanal. Indígenas que passam por efeitos práticos como esses das mudanças climáticas no Brasil fizeram uma manifestação na Esplanada dos Ministérios, nesta quarta-feira.

Eles andaram até a Praça dos Três Poderes para pedir mais políticas públicas, demarcação de terras e apoio governamental para enfrentar a situação de escassez de recursos e a dificuldade para atividade agrícola.

De acordo com o coordenador-geral do ato Levante pela Terra, Kretã Kaingang, que vive no Paraná, mais de 400 indígenas estão em Brasília para pedir políticas públicas depois do desastre socioambiental no Rio Grande do Sul. "O que aconteceu no Sul é uma catástrofe. E vai ocorrer no país inteiro. Não tivemos acesso a nenhuma política afirmativa. Isso ocorre pelo racismo que existe contra os povos indígenas nos municípios e nos estados. Precisamos de mais recursos", afirmou.

Liderança do povo Xokleng no Rio Grande do Sul, Luis Salvador afirma que 48 famílias na comunidade estão em dificuldades por causa das chuvas. "Está chovendo ainda muito na nossa região e isso impacta muito a atividade em nossas roças. A agricultura familiar está ameaçada. Nós trabalhamos com alimentos saudáveis e não

com produtos envenenados", afirmou.

Ele lembrou que, sem demarcação de terras, os territórios de populações tradicionais passam a ficar mais vulneráveis porque passam a ser alvo de interesse de grandes proprietários de terra que perderam suas produções. No ato, os indígenas também protestaram contra o que chamaram de tratamento diferenciado: mais recursos para o agronegócio (por meio do Plano Safra, que deve ser anunciado na semana que vem) e menos atenção para as populações tradicionais.

QUEIMADA

Além dos problemas no Sul, indígenas de Mato Grosso do Sul também presentes no ato disseram que a queimada atual no Pantanal impacta as comunidades indígenas. "Estamos sendo destruídos pela queimada e isso impacta nossas águas e nossas terras", disse a liderança Valdeice Verón, do povo Guarani Kaiowá.

Avó de 20 netos, a indígena Joana Sarako, de 64 anos, que mora em comunidade na cidade de Laguna Carapã (MS), afirmou que está muito preocupada com o futuro das novas gerações. "A nossa água está suja como nunca antes."

Consultados, os ministérios dos Povos Indígenas e da Agricultura e Pecuária não se manifestaram sobre o ato dos indígenas na Esplanada até o fechamento desta reportagem.

STF

Hospitais de SP têm 48 horas para informar se negaram aborto legal

ANDRÉ RICHTER/BRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que cinco hospitais de São Paulo informem, no prazo de 48 horas, se negaram pedidos para realização de aborto legal.

A decisão foi proferida após a Secretaria Municipal de Saúde informar ao ministro que realizou 68 procedimentos de assistolia fetal para interrupção da gestação desde o início deste ano. A pasta não informou se

houve pedidos de aborto legal negados pelos hospitais.

Na semana passada, Moraes pediu que os hospitais informassem se estão realizando o procedimento. A solicitação foi feita após matérias jornalísticas informarem que pacientes tiveram a interrupção legal da gestação negada.

A interrupção da gravidez é permitida pela legislação penal nos casos de gravidez fruto de estupro e só pode ser realizada pelo médico com o consentimento da vítima.

No mês passado, o ministro suspendeu resolução aprovada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) que proibia a realização da assistolia. A suspensão foi motivada por uma ação protocolada pelo PSOL.

Moraes considerou que houve "abuso do poder regulamentar" do CFM ao fixar regra não prevista em lei para impedir a realização de assistolia fetal em casos de gravidez oriunda de estupro.

Ao editar a resolução, o CFM entendeu que o ato médico da

assistolia provoca a morte do feto antes do procedimento de interrupção da gravidez e decidiu vetar o procedimento.

"É vedada ao médico a realização do procedimento de assistolia fetal, ato médico que ocasiona o feticídio, previamente aos procedimentos de interrupção da gravidez nos casos de aborto previsto em lei, ou seja, feto oriundo de estupro, quando houver probabilidade de sobrevivência do feto em idade gestacional acima de 22 semanas", definiu o conselho.

CORRUPÇÃO

Juscelino diz que fica no cargo até ser demitido

GUILHERME NALDIS/AE

O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, disse ontem, que permanecerá no cargo até que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o demita. Mais cedo, Lula afirmou que o ministro deverá ser afastado caso o indiciamento da Polícia Federal (PF) por suspeita de organização criminosa, lavagem de dinheiro e corrupção passiva seja aceito pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

"Eu sou ministro até quando ele (Lula) quiser. O cargo de ministro é de presidente. Até o dia que ele quiser, eu vou cumprir a missão que ele me deu com muita honra, trabalhando pelo Brasil, fazendo o que eu estou fazendo com muita tranquilidade. Vou estar me defendendo. Isso aí eu estou muito tranquilo. E no dia que eu deixar de ser ministro vou voltar para o Congresso, ser deputado federal pelo Maranhão, que é pelo que eu fui eleito por quatro anos", disse ao jornal

O Globo. A informação foi confirmada pelo *Estadão*.

A Polícia Federal já finalizou as investigações sobre desvio de verbas federais da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) - caso revelado pelo *Estadão* em janeiro de 2023 - e indiciou o ministro das Comunicações, Juscelino Filho. A corporação imputa ao ministro supostos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O próximo passo deve ser a apresentação, ou não, de uma denúncia.

Lula afirmou que, recentemente, teve um encontro com Juscelino no Maranhão e que o que teria de mudar de posição se "o procurador" indiciá-lo.

"Há um pedido de indiciamento da Polícia Federal. Há um pedido de indiciamento que tem que ser aceito pelo Alexandre de Moraes ou pelo procurador-geral da República. Não foi aceito por nenhum ainda. Não discutiu", afirmou Lula.

FAKE NEWS

Moraes ameaça com multa de R\$ 100 mil e manda redes bloquearem Monark

PEPITA ORTEGA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, deu uma nova ordem para que plataformas de redes sociais bloqueiem canais e perfis do influenciador Bruno Aiub, o Monark, investigado por suposto crime de desobediência. O despacho dá duas horas para que plataformas como Instagram, Facebook, Rumble, Telegram e X suspendam as contas, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil.

A nova ordem de bloqueio leva em consideração um apontamento da Polícia Federal, de que algumas plataformas destinatárias da primeira determinação do ministro não cumpriram a ordem judicial Além disso, há contas e perfis que não estão incluídas em decisões anteriores e

estão sendo utilizadas para prática de ilícitos, anotou Moraes.

"Assim, se torna necessária, adequada e urgente nova ordem para interrupção de eventual propagação dos discursos com conteúdo de ódio, subversão da ordem e incentivo à quebra da normalidade institucional e democrática mediante bloqueio de contas em redes sociais, com objetivo de interromper a lesão ou ameaça a direito", decretou o ministro.

Moraes lembrou que o bloqueio de canais, perfis e contas de Monark, com "integral preservação do conteúdo", foi decretado no bojo de inquéritos sobre os atos golpistas e antidemocráticos. Segundo o ministro, em razão de tais apurações terem objetos mais abrangentes e atingirem diversos investigados, "houve di-

ficuldade para análise de eventuais informações enviadas e eventual compilação dos dados".

Nessa linha, o relator entendeu que é pertinente uma nova ordem para bloqueio, preservação e remessa de conteúdo de canais/perfis/contas de titularidade do investigado, conforme requerimento da Procuradoria-Geral da República.

No mesmo despacho, foi determinada a prorrogação do inquérito sobre Monark por mais 60 dias, "considerando a necessidade de prosseguimento das investigações".

A decisão atende um pedido da Polícia Federal, que pediu uma ordem para que as redes sociais forneçam os dados cadastrais das contas investigadas, para identificação de titulares, com preservação de conteúdo.

Os investigadores realizaram diligências complementares após a PGR analisar o relatório final das investigações e pedir informações adicionais. No parecer final sobre o inquérito, a PF indicou que Monark 'continua propagando discurso antidemocrático nas redes sociais' - mesmo após o STF determinar o bloqueio de seus perfis nas plataformas.

Ao solicitar mais levantamentos à PF, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, ponderou que, segundo os elementos colhidos pelos investigadores, Monark 'vem desobedecendo, de modo reiterado, decisão judicial que lhe impôs medida cautelar de suspensão do direito de publicação, promoção, replicação ou compartilhamento de notícias fraudulentas'.

Nota

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO APROVA PROIBIÇÃO DE CORRIDAS DE CAVALO

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou em segunda e definitiva votação a proibição da realização de corridas de animais com apostas ou em jogos de azar na tarde desta quarta-feira. O projeto de lei deve impactar diretamente na permanência e nas atividades do Jockey Club, cuja transformação em parque municipal foi incluída na nova lei do Plano Diretor, que entrou em vigor no ano passado. A votação foi unânime e não nominal (isto é, quando os vereadores favoráveis precisam apenas "permanecer como estão"). O projeto de lei é de autoria do vereador Xexéu Tripoli (União Brasil), que chamou a decisão de "um momento histórico para o Brasil". Após a aprovação, o vereador disse que teria apoio do

prefeito Ricardo Nunes (MDB), para o qual o projeto será remetido para sanção nos próximos dias. "Para que os animais que correm para que os humanos tenham entretenimento e ganhem dinheiro, isso não exista mais", declarou. "Que aquele local (Jockey Club) se torne um lugar aberto para toda a população da cidade de São Paulo, que se torne um lugar para a cultura, o entretenimento", disse. Segundo o projeto, estabelecimentos desse setor terão um prazo de 180 dias para cessar as atividades, contados a partir da publicação da lei. Em caso de descumprimento, é determinada uma advertência inicial. No caso de primeira reincidência, é prevista uma multa de R\$ 100 multiplicados pela capacidade de frequentadores do espaço. Além disso, se ocorrer demora superior a 30 dias para a regularização, determina-se a suspensão do alvará de funcionamento.

IBV Brasil Petróleo Limitada
CNPJ nº 07.766.332/0001-20 - NIRE 33.2.0763155-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os sócios da **IBV Brasil Petróleo Limitada** ("Sociedade") para comparecerem à reunião de sócios a ser realizada, em primeira convocação, em 04 de julho de 2024, às 10 horas (horário de Brasília), de forma exclusivamente digital, conforme permitido pela Instrução Normativa do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Reunião"). Os detalhes para acesso à Reunião serão oportunamente disponibilizados aos sócios da Sociedade. A Reunião deliberará sobre (i) a ratificação da eleição e posse do sr. Harinath Viswanathan, indiano, gerente geral, casado, portador do passaporte nº P7470636, registrado no sistema de registro nacional migratório sob o RNM nº B091548R, inscrito no CPF sob o nº 022.297.597-01, com escritório à Avenida José Silva de Azevedo Neto, nº 200, bloco 01, sala 206, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-056, visto que obteve autorização de residência com base na Resolução Normativa 11/2017 do Conselho Nacional de Imigração, para o cargo de Diretor Geral da Sociedade; (ii) o recebimento da renúncia do Sr. Sivakumar Ganesan Santhamma, indiano, casado, bacharel em tecnologia em engenharia elétrica e eletrônica, registrado no sistema de registro nacional migratório sob o RNM nº F250785X, inscrito no CPF sob o nº 065.791.107-08, com escritório à Avenida José Silva de Azevedo Neto, nº 200, bloco 01, sala 206, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22775-056; ao cargo de Diretor Geral da Sociedade; e (iii) o aumento de capital da Sociedade no valor de R\$ 42.337.547,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e trinta e sete mil, quinhentos e quarenta e sete reais), com emissão de 42.337.547 (quarenta e duas milhões, trezentos e trinta e sete mil, quinhentas e quarenta e sete) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada; sendo que o referido aumento de capital é necessário para as operações da Sociedade. Para participar e votar na Reunião, os representantes dos sócios deverão apresentar documentos que comprovem seus poderes para praticar tais atos em nome dos respectivos sócios de acordo com a lei brasileira, inclusive os documentos societários e procurações aplicáveis. Este edital é publicado e, nos termos da Cláusula Décima Primeira, Parágrafo Terceiro, do Contrato Social da Sociedade, enviado aos sócios da Sociedade por e-mail. Cópias de documentos e informações relacionadas à matéria a ser deliberada na Reunião encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade, Rio de Janeiro, 25 de Junho de 2024. **Renata Lima de Oliveira - Diretora Geral**



AMÉRICAS

RJ assume liderança ambiental em coalizão internacional

Sede das grandes conferências mundiais deste ano, o Rio de Janeiro recebeu ontem, a Assembleia Geral 2024 da Regions4 na Casa G20, embaixada cultural do Governo do Estado em Ipanema. Durante a abertura do evento, o RJ tomou posse do cargo de vice-presidente das Américas da coalizão internacional que reúne governos subnacionais de todo o planeta. Ao integrar a presidência do grupo, o estado passa a liderar a pauta ambiental no continente.

“O Rio de Janeiro tem um longo e expressivo histórico de sediar debates para definição dos passos em direção ao desenvolvimento sustentável global. Mais de 30 anos após a Rio-92, alcançamos um posto de liderança em uma parceria tão importante como a Regions4. Este é um marco histórico para o Rio de Janeiro. Assumimos essa missão com muita determinação e seriedade”, disse o governador Cláudio Castro.

A Regions4 representa 49 governos regionais de 22 países, em quatro continentes, e impulsiona progressos reais e localizados em matéria de alterações climáticas, biodiversidade e desenvolvimento sustentável. A Assembleia Geral deste ano, promovida em parceria com a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, tem como tema “Regiões Capacitadas para Moldar um Futuro Sustentável, Justo e Resiliente” e visa promover um sistema da ONU que reconheça o papel fundamental dos governos locais na agenda sustentável.

“Os governos regionais têm a chave para a concretização do clima, da biodiversidade e da agenda de desenvolvimento sustentável, porque estão na linha da frente nos territórios, implementando políticas críticas e impulsionando ações tangíveis que têm um impacto direto nas comunidades e nos ecossistemas. A nossa inclusão no sistema das Nações Unidas como principais tomadores de decisão é vital para enfrentar os desafios globais de forma eficaz e alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável”, afirmou a secretária-geral da Regions4, Natalia Uribe.

Na ocasião, o estado ainda

assinou a Declaração Política do Rio de Janeiro, poderoso apelo para uma renovação do sistema das Nações Unidas que apoie cidades e regiões na construção de um amanhã sustentável.

“A Declaração do Rio de Janeiro é um passo importante para exigirmos o reconhecimento e a inclusão das cidades e regiões no diálogo com a ONU. O Governo do Rio de Janeiro está comprometido em promover uma transformação sustentável no estado, criando empregos e investindo em inovações e soluções baseadas na natureza. Nossa prioridade é promover uma harmonia entre o desenvolvimento econômico e a agenda ambiental”, destacou o secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, Bernardo Rossi.

PEQUENAS MUDANÇAS

Dando o exemplo, a Assembleia Geral deste ano, que acontece até a próxima sexta-feira no estado do Rio de Janeiro, é um evento totalmente sustentável a partir da implementação de um projeto-piloto internacional, baseado na metodologia do governo do País Basco com as melhores práticas para reduzir a pegada de carbono. Assim, a assembleia incorporou uma série de iniciativas, como a utilização de zero plásticos, a minimização da impressão e o envolvimento ativo com produtores locais. Estes esforços demonstram um empenho na sustentabilidade, estabelecendo um novo padrão para eventos sustentáveis na Regions4.

“O projeto-piloto para eventos sustentáveis representa um passo significativo nos nossos esforços para melhorar a sustentabilidade dos eventos na Regions4. Com este projeto, mostramos o nosso empenho em reduzir os impactos ambientais e promover práticas responsáveis que podem abrir caminho para o futuro. Agora que estamos prestes a encerrar o ciclo da Presidência do País Basco, é um legado que deixamos à Regions4, para que continue a sua implementação em eventos futuros” afirmou o vice-ministro da Sustentabilidade Ambiental do País Basco, Aitor Aldasoro.

FÓRUM

Castro fala em mudar legislação para coibir criminalidade

A segurança aliada aos investimentos em tecnologia e em inteligência foi um dos destaques da apresentação do governador Cláudio Castro no XII Fórum de Lisboa, que aconteceu na Faculdade de Direito da Universidade da cidade portuguesa. Ontem, no painel sobre “Governança da segurança pública nos grandes centros urbanos”, o governador defendeu e reforçou a necessidade de mudanças na legislação para a aplicabilidade de penas mais rigorosas para crimes violentos e graves como tráfico de drogas e armas.

“São necessárias mudanças urgentes na legislação penal com sanções coerentes, que não sejam favoráveis à criminalidade, principalmente em caso de reincidências. Nós estamos com um Código Penal de 1940 e um Código de Processo Penal de 1941. Ou seja, uma legislação completamente desatualizada. Muitos crimes são tratados com artigos que são arremedados de uma política de urgência”, definiu Cláudio Castro.

O aporte na ordem de R\$ 4

bilhões, com foco na modernização e capacitação das polícias do Rio de Janeiro, foi também tema no fórum. Os valores embasam, por exemplo, as reduções de índices como letalidade violenta, que sofreu um declínio de 25% no acumulado do quadrimestre deste ano em comparação ao mesmo período do ano passado. Foi apresentado ainda o aumento de armas apreendidas neste período: cerca de 2 mil, o equivalente a 17 armas retiradas de circulação diariamente.

“Conseguimos fazer uma verdadeira transformação nas estruturas policiais do Rio de Janeiro. Saímos do segundo pior salário para o terceiro melhor do país. Batalhões e delegacias estão reformados e temos um prédio inteiro voltado à inteligência e investigação, assim como modernos softwares. Além disso, ampliamos a atuação do Segurança Presente, que antes tinha 14 bases e hoje conta com 42. No próximo mês, vamos chegar a 53 unidades do programa de proximidade”, antecipou.

DEMOCRACIA VENCE

General Zúñiga é preso após tentativa de golpe na Bolívia

O general boliviano Juan José Zúñiga foi preso na noite desta quarta-feira após liderar o que o presidente Luis Arce considerou como uma tentativa de golpe de Estado, segundo a agência Reuters. Nesta quarta-feira, grupos de militares, liderados por Zúñiga, tomaram a praça central de La Paz e um veículo blindado invadiu a entrada do palácio presidencial, enquanto Arce denunciava um “golpe” contra o governo e pedia apoio internacional.

O Ministério Público da Bolívia ordenou o início de uma investigação penal contra o Zúñiga e todos os participantes da tentativa de golpe. Em nota divulgada ontem, a Procuradoria-Geral da Bolívia informou que todos os esforços necessários para o esclarecimento dos atos e a imposição da máxima sanção aos responsáveis

“A Procuradoria-Geral do Estado reafirma seu compromisso de defesa da legalidade de dos interesses gerais da sociedade no âmbito da preservação da nossa democracia”.

Veículos blindados e soldados se retiraram dos arredores do palácio presidencial depois de Arce nomear novo comando militar e ordenar que as tropas se desmobilizassem, informou a Reuters. Em meio à tentativa de golpe no país, o presidente Luis Arce empossou nesta quarta-feira os novos membros do Alto Comando Militar.

Arce nomeou Jose Wilson Sanchez Velásquez como o novo comandante-geral do Exército, no lugar de Juan José Zúñiga, que mobilizou os militares em La Paz na tarde de ontem.

Ao tomar posse, Velásquez ordenou a retirada das tropas das ruas. “Na condição de comandante-geral do Exército, or-

deno que todos os militares que se encontrem nas ruas devem retornar a suas unidades”, disse.

Em pronunciamento na Casa Grande del Pueblo, a residência presidencial boliviana, o presidente Arce criticou os militares que participaram da tentativa de golpe. “Deploramos atitudes de maus militares que, lamentavelmente, repetem a história recente do país, tratando fazer um golpe de Estado quando o povo boliviano sempre foi um povo democrático”.

Ele agradeceu ao povo boliviano pelo apoio nas redes sociais, a todos os países que estão se pronunciando em favor da democracia boliviana e também à polícia do país. “Chamamos o povo boliviano a mobilizar-se e manter a calma. todos os bolivianos juntos vamos derrotar qualquer tentativa de golpe”.

Militares bolivianos toma-

ram a praça central de La Paz nesta quarta-feira e um veículo blindado invadiu a entrada do palácio presidencial.

Zúñiga, apontado como o articulador da tentativa de golpe, tem sido um crítico do governo de Arce. Ele disse recentemente que se Evo Morales, ex-presidente do país e que planeja concorrer nas eleições de 2025, retornar como presidente do país, irá bloqueá-lo. A ameaça levou Arce, que diverge de Morales apesar de integrarem o mesmo movimento político, a tirá-lo do comando do Exército.

Nesta tarde, Zúñiga se dirigiu aos repórteres na praça e citou que existe uma raiva crescente no país, que vem enfrentando uma crise econômica com o esgotamento das reservas do Banco Central e a pressão sobre a moeda boliviana, uma vez que as exportações de gás diminuíram.

Organismos internacionais repudiam tentativa de golpe contra Luis Arce

MATHEUS ANDRADE/AE

A comunidade internacional rapidamente se pronunciou para condenar a tentativa de golpe de Estado na Bolívia ontem à tarde. Pouco depois dos eventos, parte importante dos líderes da América Latina criticou as ações do exército local, o que também ocorreu com representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União Europeia (UE).

Um dos primeiros a se manifestar foi o secretário-geral da OEA, Luis Almagro. Em sua conta na rede social “X”, o representante condenou de “forma mais energética os acontecimentos”. Segundo ele, o “Exército deve ser transferido para o poder civil legitimamente eleito. Enviamos nossa solidariedade ao presidente da Bolívia Luis Arce Catacora, ao seu

governo e a todo o povo boliviano. A comunidade internacional, a OEA e a Secretaria Geral não tolerarão nenhuma quebra da ordem constitucional legítima na Bolívia ou em qualquer outro lugar”.

O Alto Representante da UE, Josep Borrell, escreveu na mesma rede social que o bloco “condena qualquer tentativa de quebrar a ordem constitucional na Bolívia e derrocar os governos eleitos democraticamente, e expressa sua solidariedade com o governo e o povo boliviano”.

O presidente de governo da Espanha, Pedro Sánchez, disse que o país condena “veementemente os movimentos militares”. Na mesma rede, ele afirmou: “enviamos ao Governo da Bolívia e ao seu povo o nosso apoio e solidariedade e fazemos um chamado para respeitar a democracia e o

estado de direito”.

A presidente de Honduras, país que atualmente detém o mandato rotativo da Comunidade dos Estados latino-americanos e Caribenhos, Xiomara Castro, apelou “urgentemente aos presidentes dos países membros da Celac para que condenem o fascismo que hoje ataca a democracia na Bolívia e exijam o pleno respeito pelo poder civil e pela Constituição”.

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, convidou “todo o povo boliviano à resistência democrática”. “A América Latina deve unir-se em favor da democracia. A embaixada colombiana deve conceder refúgio aos perseguidos. Não haverá relação diplomática entre a Colômbia e a ditadura”, escreveu ainda.

O presidente do Chile, Gabriel

Boric, escreveu que não “podemos tolerar nenhuma quebra da ordem constitucional legítima na Bolívia ou em qualquer outro lugar”. A presidente eleita do México Claudia Scheinbaum disse que “o levantamento de algumas unidades das Forças Armadas da Bolívia é um atentado contra a democracia”. Menos alinhado ideologicamente ao governo de Arce, o presidente do Paraguai, Santiago Peña, também condenou os eventos.

“Fazemos um chamado enérgico para respeitar a democracia e o Estado de Direito”, escreveu. Posição semelhante adotou o presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, que disse que os acontecimentos foram “levados a cabo por um setor das suas Forças Armadas que ameaça a sua ordem democrática e constitucional”.

ABRAHAM LINCOLN

Nos EUA, estátua derrete com o calor

MARCOS FURTADO/AE

A estátua de mais de 1,8 metro do ex-presidente dos Estados Unidos Abraham Lincoln derreteu devido à alta temperatura no fim de semana. A cabeça, pernas, pés e a cabeça da estrutura de cera saíram do lugar. As informações são da BBC.

A cabeça foi a primeira a se deslocar, deixando para trás um arame saindo do pescoço da estátua. Agora, ela está em reparo. Na sequência, as pernas da estrutura escorrem, um pé se transformou em massa e a cadeira afundou no chão.

A escultura fica no Camp Barker, em Washington, um campo de refugiados da era da Guerra Civil que abrigava ex-escravizados e americanos negros libertos, que atualmente é sede de uma escola primária.

A réplica, que também funciona como vela, já derreteu outras vezes. Instalada em setembro do ano passado, a primeira versão do monumento incluía mais de 100 pavios que foram acesos antes da hora. O adiamento fez com que parte significativa da estrutura derretesse antes da cerimônia de inauguração.

QUÊNIA

Ruto recua em lei sobre impostos após protestos

KATHARINA CRUZ/AE

Em uma reviravolta, o presidente William Ruto, do Quênia, disse ontem, que não irá assinar a lei financeira que, segundo ele, estabilizaria a economia do país, em uma resposta aos protestos do dia anterior, que deixaram mais de 20 mortos e centenas de feridos em Githurai, subúrbio a leste da capital, Nairóbi.

“Ouvindo atentamente o povo do Quênia, que disse em voz alta que não quer ter nada a ver com esta lei, reconheço e, portanto, não assinarei a lei financeira de 2024, que será posteriormente retirada”, afirmou Ruto em um discurso. O anúncio foi uma mudança repentina de rumo para o presidente, que, em outro discurso na noite anterior, chamou os manifestantes de “criminosos perigosos” e “traidores”, além de enviar os militares para se juntarem à polícia na repressão aos protestos.

Na terça-feira passada, manifestantes invadiram o edifício do Parlamento e incendiaram o prédio depois que legisladores votaram pela aprovação da legislação. Em resposta, a polícia disparou gás lacrimogênio e vários tiros.

Embora o número exato de vítimas ainda estivesse sendo contabilizado, grupos de direitos humanos estimam que 23 pessoas foram mortas e centenas ficaram feridas.

nas ficaram feridas.

Ainda não está claro quantas pessoas foram presas. O número de mortos tornou-se um dos episódios mais sangrentos da história recente do país.

O QUE DIZIA A LEI?

Em maio deste ano, o governo de Ruto apresentou a lei ao Parlamento, como um esforço para aumentar as receitas e ajudar o país a lidar com a imensa dívida baseada em empréstimos. Inicialmente, o projeto de lei previa impostos sobre bens essenciais, como pão e óleo de cozinha, e carros, mas a reação pública fez com que os legisladores reduzissem alguns impostos. No entanto, as reversões não conseguiram inviabilizar os protestos públicos, que cresceram nas últimas semanas.

Os críticos do projeto afirmam que o presidente aumentará o custo dos bens para os consumidores em um país que já enfrenta um alto custo de vida. A oposição geral fala de uma tendência na África, onde os jovens suportam cada vez mais o peso do aumento do desemprego e todos os quenianos sofrem com os preços elevados, motivados em parte pela pandemia de covid-19 e pelas perturbações comerciais causadas pela invasão da Ucrânia pela Rússia.

No Quênia, um fator adicional é o peso de uma enorme divi-

da nacional. A raiva e o ressentimento em relação ao presidente William Ruto, que fez campanha com a promessa de melhorar os padrões de vida das pessoas em situação de pobreza, inflamou um público cada vez mais insatisfeito. O governo de Ruto aumentou anteriormente os custos dos seguros de saúde e da eletricidade, o que, juntamente com os desastres naturais, levou a manifestações no ano passado - segundo grupos de direitos humanos, houve 57 mortos nesses protestos.

A polícia queniana há muito é acusada por grupos de direitos humanos de reprimir manifestantes com métodos duros e de execuções extrajudiciais em unidades policiais.

Há menos de um mês, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, recebeu Ruto na Casa Branca para um jantar de Estado, na esperança de reforçar o instável equilíbrio das alianças dos Estados Unidos com a África. Na segunda-feira, Ruto enviou um primeiro contingente de policiais quenianos ao Haiti como parte de um plano liderado pelo governo Biden para reprimir a violência de gangues no país, uma mobilização que atraiu críticas internas. Alguns questionaram se a polícia queniana, que tem um histórico de brutalidade, estaria apta para tal missão.